

POLÍCIA MILITAR

DE MINAS GERAIS

Nossa profissão, sua vida.

DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS DESPACHO ADMINISTRATIVO Nº 1233/10-DRH/CRS

O CORONEL PM DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS, no uso de suas atribuições previstas nos incisos I e II, número 34 do artigo 10, incisos 3 a 5 do artigo 26, aprovado pelo Decreto nº 18.445, de 15/04/77 (R-100), nos termos da Resolução nº 4.016, de 17/04/2009 e o Edital DRH/CRS nº 07, de 05/05/2009, que regula o concurso público para provimento de cargo de soldado de 1ª classe da Polícia Militar de Minas Gerais para o ano de 2010 – cujas vagas são destinadas às unidades das Regiões de Polícia Militar (RPM), lotadas no interior do Estado (CTSP/2010 - INTERIOR), publicado no “Minas Gerais” nº 079 , de 06/05/2009 e,

CONSIDERANDO QUE:

1.1 os candidatos da **13ª RPM – MG-14.826.654 FELLIPE LUCINDA DE SÁ, MG-11.374.423 JONAS JOSÉ DE SOUSA, MG-15.389.317 LUIZ HENRIQUE BERTOLIN FERREIRA E MG-14.962.883 PHELIPPE AUGUSTO DE OLIVEIRA SAD NETO** interpuseram recursos administrativos, em face de terem sido contraindicados no exame psicológico;

1.2 as normas aplicáveis ao concurso público para provimento dos cargos de Soldado de 1ª Classe da PMMG são as previstas no preâmbulo do Edital DRH/CRS nº 07, de 05 de maio de 2009;

1.3 o fundamento jurídico que dá legitimação a realização do concurso público é encontrado na Constituição Federal/88 (art. 37) e na Constituição Mineira (art. 39), dispondo este último que o servidor público militar será regido por estatuto próprio, estabelecido em lei complementar;

1.4 conforme preceitua o disposto no artigo 5º inciso X da CR/88, *in verbis* "são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurando o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação";

1.5 a Súmula 686 do STF dispõe que "*Só por lei se pode sujeitar a exame psicotécnico a habilitação de candidato a cargo público*";

1.6 a regulamentação dos fatores psicológicos de contraindicação para ingresso na PMMG são os previstos na Resolução Conjunta de Saúde nº 3692/02, anexo “E”, grupo XVI, itens 1 a 8, dispondo o Edital que a indicação no exame psicológico é requisito indispensável para a matrícula no curso e inclusão na PMMG;

1.7 em conformidade com o Edital, o candidato contraindicado tem acesso às suas razões de contraindicação através da entrevista de devolução, ocasião em que tomou conhecimento, pessoalmente ou através de psicólogo civil legalmente contratado, das razões de sua contra-indicação para ingresso no CTSP/10 (vagas para o interior do Estado), mediante o acesso ao laudo e exames produzidos;

1.8 as avaliações psicológicas realizadas pela PMMG seguem orientações técnicas específicas, objetivando aferir os traços de personalidade incompatíveis para admissão/inclusão na PMMG;

1.9 há disposição legal prevista no artigo 2º do Código de Ética Profissional do Psicólogo que aduz, *in verbis* " ao Psicólogo é vedado apresentar, publicamente, através de meios de comunicação, resultados de psicodiagnósticos de indivíduos ou grupos, bem como interpretar ou diagnosticar situações problemáticas, oferecendo soluções conclusivas.";

1.10 a Administração Pública, nos concursos públicos, deve observar estritamente o princípio da legalidade, sendo-lhe defeso afastar-se das regras contidas no Edital regulador do certame;

1.11 **no mérito**, a Comissão de Recursos, devidamente nomeada para este fim e após análise dos recursos interpostos pelos candidatos, emitiu parecer **ratificando** a contraindicação desses, para ingresso na PMMG, com fulcro nos pareceres técnicos devidamente fundamentados,

2 RESOLVE:

2.1 conhecer dos recursos, posto que apresentam os pressupostos objetivos e subjetivos de admissibilidade;

2.2 **indeferir** os pedidos, com base nos pareceres técnicos, mantendo-se ao final, a situação de contraindicado dos candidatos recorrentes para ingresso no CTSP/10 (vagas para o interior do Estado).

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Belo Horizonte - MG, 01 de julho de 2010.

(a)JUAREZ NAZARETH, CORONEL PM
DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS

POLÍCIA MILITAR

DE MINAS GERAIS

Nossa profissão, sua vida.

DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS DESPACHO ADMINISTRATIVO Nº 1234/10-DRH/CRS

O CORONEL PM DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS, no uso de suas atribuições previstas nos incisos I e II, número 34 do artigo 10, incisos 3 a 5 do artigo 26, aprovado pelo Decreto nº 18.445, de 15/04/77 (R-100), nos termos da Resolução nº 4.016, de 17/04/2009 e o Edital DRH/CRS nº 07, de 05/05/2009, que regula o concurso público para provimento de cargo de soldado de 1ª classe da Polícia Militar de Minas Gerais para o ano de 2010 – cujas vagas são destinadas às unidades das Regiões de Polícia Militar (RPM), lotadas no interior do Estado (CTSP/2010 - INTERIOR), publicado no “Minas Gerais” nº 079 , de 06/05/2009 e,

CONSIDERANDO QUE:

1.1 os candidatos da **13ª RPM – MG-15.829.680 BRUNO MOREIRA DA SILVA, MG-17.593.515 HELDER COLOMBINI DE BARROS, MG-15.838.318 RAMANA DE MELLO PENHA E MG-15.567.824 RICARDO JOSÉ DE ANDRADE** interpuseram recursos administrativos, em face de terem sido contraindicados no exame psicológico;

1.2 as normas aplicáveis ao concurso público para provimento dos cargos de Soldado de 1ª Classe da PMMG são as previstas no preâmbulo do Edital DRH/CRS nº 07, de 05 de maio de 2009;

1.3 o fundamento jurídico que dá legitimação a realização do concurso público é encontrado na Constituição Federal/88 (art. 37) e na Constituição Mineira (art. 39), dispondo este último que o servidor público militar será regido por estatuto próprio, estabelecido em lei complementar;

1.4 conforme preceitua o disposto no artigo 5º inciso X da CR/88, *in verbis* "são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurando o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação";

1.5 a Súmula 686 do STF dispõe que "*Só por lei se pode sujeitar a exame psicotécnico a habilitação de candidato a cargo público*";

1.6 a regulamentação dos fatores psicológicos de contra-indicação para ingresso na PMMG são os previstos na Resolução Conjunta de Saúde nº 3692/02, anexo “E”, grupo XVI, itens 1 a 8, dispondo o Edital que a indicação no exame psicológico é requisito indispensável para a matrícula no curso e inclusão na PMMG;

1.7 em conformidade com o Edital, o candidato contraindicado tem acesso às suas razões de contraindicação através da entrevista de devolução, ocasião em que tomou conhecimento, pessoalmente ou através de psicólogo civil legalmente contratado, das razões de sua contraindicação para ingresso no CTSP/10 (vagas para o interior do Estado), mediante o acesso ao laudo e exames produzidos;

1.8 as avaliações psicológicas realizadas pela PMMG seguem orientações técnicas específicas, objetivando aferir os traços de personalidade incompatíveis para admissão/inclusão na PMMG;

1.9 há disposição legal prevista no artigo 2º do Código de Ética Profissional do Psicólogo que aduz, *in verbis* " ao Psicólogo é vedado apresentar, publicamente, através de meios de comunicação, resultados de psicodiagnósticos de indivíduos ou grupos, bem como interpretar ou diagnosticar situações problemáticas, oferecendo soluções conclusivas.";

1.10 a Administração Pública, nos concursos públicos, deve observar estritamente o princípio da legalidade, sendo-lhe defeso afastar-se das regras contidas no Edital regulador do certame;

1.11 **no mérito**, a Comissão de Recursos, devidamente nomeada para este fim e após análise dos recursos interpostos pelos candidatos, emitiu parecer **ratificando** a contraindicação desses, para ingresso na PMMG, com fulcro nos pareceres técnicos devidamente fundamentados,

2 RESOLVE:

2.1 conhecer dos recursos, posto que apresentam os pressupostos objetivos e subjetivos de admissibilidade;

2.2 **indeferir** os pedidos, com base nos pareceres técnicos, mantendo-se ao final, a situação de contra-indicado dos candidatos recorrentes para ingresso no CTSP/10 (vagas para o interior do Estado).

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Belo Horizonte - MG, 01 de julho de 2010.

(a)JUAREZ NAZARETH, CORONEL PM
DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS